



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

15/05/2017 ATÉ 15/05/2017

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	1
	1.2 G1 MARANHÃO.....	2
	1.3 SITE MARANHÃO HOJE.....	3
2	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	2.1 SINAL VERDE DE CAXIAS.....	4
	2.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	5
3	DECISÕES	
	3.1 INTERNET - OUTROS.....	6
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG SÉRGIO MATIAS.....	7
5	PLANTÃO NO TJMA	
	5.1 INTERNET - OUTROS.....	8
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 BLOG DIEGO EMIR.....	9
	6.2 BLOG DO KIEL MARTINS.....	10
	6.3 BLOG DOMINGOS COSTA.....	11
	6.4 BLOG JORGE VIEIRA.....	12
	6.5 BLOG SILVIA TEREZA.....	13
	6.6 NETO CRUZ.....	14
	6.7 SITE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - MA.....	15
	6.8 SITE JORNAL PEQUENO.....	16
7	SINDJUS	
	7.1 INTERNET - OUTROS.....	17

TJMA adota medidas de proteção contra ataques cibernéticos

15/05/2017 18:07:05

O objetivo é diminuir a exposição ao risco de perda de informação

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio de sua Diretoria de Informática, adotou várias medidas de proteção ao ambiente computacional do Judiciário, diante dos ataques cibernéticos que atingiram mais de 70 países no mundo.

O objetivo é diminuir a exposição ao risco de perda de informação, evitando que ataques de softwares impeçam o funcionamento dos sistemas e serviços do Tribunal de Justiça do Maranhão.

As medidas estão alinhadas com a Resolução nº 13/2017, que trata da Política de Segurança da Informação do Poder Judiciário, cuja aprovação ocorreu em Sessão Plenária Administrativa da Corte estadual de Justiça, em março deste ano.

Os procedimentos adotados seguem normas internacionais de segurança da informação (ISO 27000), bem como as melhores práticas adotadas pelos demais tribunais brasileiros.

A aplicação de filtros para acesso à Internet, atualizações automáticas de sistemas operacionais, atualizações automáticas de antivírus e monitoramento de uso de software não licenciado incluem-se entre as medidas adotadas.

De acordo com a Diretoria de Informática do TJMA, até o momento não foram detectadas contaminações nos computadores do Poder Judiciário. A orientação é para que os servidores não abram anexos em e-mails cuja origem seja duvidosa ou desconhecida, pois tais anexos têm sido utilizados como mecanismo de propagação das pragas virtuais.

Dúvidas sobre o assunto devem ser esclarecidas por meio de contato com o Serviço de Atendimento ao Usuário (3194-6600).

Assessoria de Comunicação do TJMA

Assembleia recebe de Cleones Cunha propostas de organização do Judiciário do Maranhão

15/05/2017 16:55:42

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Cleones Cunha, três projetos de lei de autoria do Poder Judiciário. Um deles reorganiza o Sistema Judiciário do Maranhão. O deputado Glalbert Cutrim (PDT) e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Santos, também participaram da reunião.

De acordo com Cleones Cunha, os projetos possibilitam uma movimentação na carreira dos juízes e uma melhoria da prestação da Justiça no estado. **"O primeiro projeto altera a organização do Poder Judiciário do Maranhão, modificando a competência de algumas varas e ampliando alguns cargos e, acima de tudo, procurando melhorar a prestação da Justiça no Maranhão. Os outros dois se referem à Lei de Custas do Estado"**, explicou o desembargador.

O presidente da AMMA, Ângelo Santos, ressaltou que os projetos de lei passaram por um amplo debate entre a classe, no qual toda a magistratura se reuniu para se debruçar e tentar melhorar ainda mais as matérias que foram entregues para apreciação da Casa.

"É um projeto fruto dessa discussão na magistratura e traz alteração de competências nas comarcas, traz algumas vagas de juízes para a capital, além de criar, também, uma competência exclusiva para o combate e julgamento das organizações criminosas. Então, são vários avanços para a melhoria do judiciário e da prestação jurisdicional", completou o presidente da AMMA.

O vice-presidente da AL, deputado Othelino Neto, garantiu urgência na tramitação dos projetos, por serem de grande relevância para a eficiência dos trabalhos do Poder Judiciário do Maranhão. **"Vamos dar o encaminhamento e, no menor tempo possível, levaremos ao Plenário para apreciar"**, disse.

O deputado Glalbert Cutrim também se comprometeu em apresentar um requerimento solicitando urgência na tramitação das matérias. **"A gente fica à disposição para, a partir de hoje, já tramitar no regime de urgência e, o mais rápido possível, atendermos essas reivindicações, que vêm de todas as classes - dos juízes de base até os desembargadores"**, afirmou.

O post [Assembleia recebe de Cleones Cunha propostas de organização do Judiciário do Maranhão](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

Assembleia recebe de Cleones Cunha propostas de organização do Judiciário do Maranhão

15/05/2017 17:45:54

[Compartilhe](#)

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Cleones Cunha, três projetos de lei de autoria do Poder Judiciário. Um deles reorganiza o Sistema Judiciário do Maranhão. O deputado Glalbert Cutrim (PDT) e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Santos, também participaram da reunião.

De acordo com Cleones Cunha, os projetos possibilitam uma movimentação na carreira dos juízes e uma melhoria da prestação da Justiça no estado. "O primeiro projeto altera a organização do Poder Judiciário do Maranhão, modificando a competência de algumas varas e ampliando alguns cargos e, acima de tudo, procurando melhorar a prestação da Justiça no Maranhão. Os outros dois se referem à Lei de Custas do Estado", explicou o desembargador.

O presidente da AMMA, Ângelo Santos, ressaltou que os projetos de lei passaram por um amplo debate entre a classe, no qual toda a magistratura se reuniu para se debruçar e tentar melhorar ainda mais as matérias que foram entregues para apreciação da Casa.

"É um projeto fruto dessa discussão na magistratura e traz alteração de competências nas comarcas, traz algumas vagas de juízes para a capital, além de criar, também, uma competência exclusiva para o combate e julgamento das organizações criminosas. Então, são vários avanços para a melhoria do judiciário e da prestação jurisdicional", completou o presidente da AMMA.

O vice-presidente da AL, deputado Othelino Neto, garantiu urgência na tramitação dos projetos, por serem de grande relevância para a eficiência dos trabalhos do Poder Judiciário do Maranhão. "Vamos dar o encaminhamento e, no menor tempo possível, levaremos ao Plenário para apreciar", disse.

O deputado Glalbert Cutrim também se comprometeu em apresentar um requerimento solicitando urgência na tramitação das matérias. "A gente fica à disposição para, a partir de hoje, já tramitar no regime de urgência e, o mais rápido possível, atendermos essas reivindicações, que vêm de todas as classes - dos juízes de base até os desembargadores", afirmou.

Compartilhe isso:

- [Tweet](#)

-
-
-
-

Curtir isso:

Curtir Carregando...

[Compartilhe](#)

Cleones entrega à AL propostas de organização do Judiciário

15/05/2017 18:17:09

O vice-presidente da Assembleia acompanhado do dep. Glalbert Cutrim recebeu os projetos das mãos de Cleones Cunha.

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta segunda-feira (15), do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha, três projetos de lei de autoria do TJ. Um deles reorganiza o Sistema Judiciário do Maranhão. O deputado Glalbert Cutrim (PDT) e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Santos, também participaram da reunião.

De acordo com Cleones Cunha, os projetos possibilitam uma movimentação na carreira dos juízes e uma melhoria da prestação da Justiça no estado. "O primeiro projeto altera a organização do Poder Judiciário do Maranhão, modificando a competência de algumas varas e ampliando alguns cargos e, acima de tudo, procurando melhorar a prestação da Justiça no Maranhão. Os outros dois se referem à Lei de Custas do Estado", explicou o desembargador.

O presidente da AMMA, Ângelo Santos, ressaltou que os projetos de lei passaram por um amplo debate entre a classe, no qual toda a magistratura se reuniu para se debruçar e tentar melhorar ainda mais as matérias que foram entregues para apreciação da Casa.

"É um projeto fruto dessa discussão na magistratura e traz alteração de competências nas comarcas, traz algumas vagas de juízes para a capital, além de criar, também, uma competência exclusiva para o combate e julgamento das organizações criminosas. Então, são vários avanços para a melhoria do judiciário e da prestação jurisdicional", completou o presidente da AMMA.

O vice-presidente da AL, deputado Othelino Neto, garantiu urgência na tramitação dos projetos, por serem de grande relevância para a eficiência dos trabalhos do Poder Judiciário do Maranhão. "Vamos dar o encaminhamento e, no menor tempo possível, levaremos ao Plenário para apreciar", disse.

O deputado Glalbert Cutrim também se comprometeu em apresentar um requerimento solicitando urgência na tramitação das matérias. "A gente fica à disposição para, a partir de hoje, já tramitar no regime de urgência e, o mais rápido possível, atendermos essas reivindicações, que vêm de todas as classes - dos juízes de base até os desembargadores", afirmou.

Assembleia recebe de Cleones Cunha propostas de organização do Judiciário do Maranhão

15/05/2017 17:23:25

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Cleones Cunha, três projetos de lei de autoria do Poder Judiciário. Um deles reorganiza o Sistema Judiciário do Maranhão. O deputado Glalbert Cutrim (PDT) e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Santos, [...]

Presidente do TJ entrega à Assembleia propostas de organização do Judiciário do Maranhão

15/05/2017 17:05:44

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta segunda-feira (15), do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha, três projetos de lei de autoria do TJ. Um deles reorganiza o Sistema Judiciário do Maranhão. O deputado Glalbert Cutrim (PDT) e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Santos, também participaram da reunião.

De acordo com Cleones Cunha, os projetos possibilitam uma movimentação na carreira dos juízes e uma melhoria da prestação da Justiça no estado. "O primeiro projeto altera a organização do Poder Judiciário do Maranhão, modificando a competência de algumas varas e ampliando alguns cargos e, acima de tudo, procurando melhorar a prestação da Justiça no Maranhão. Os outros dois se referem à Lei de Custas do Estado", explicou o desembargador.

O presidente da AMMA, Ângelo Santos, ressaltou que os projetos de lei passaram por um amplo debate entre a classe, no qual toda a magistratura se reuniu para se debruçar e tentar melhorar ainda mais as matérias que foram entregues para apreciação da Casa.

"É um projeto fruto dessa discussão na magistratura e traz alteração de competências nas comarcas, traz algumas vagas de juízes para a capital, além de criar, também, uma competência exclusiva para o combate e julgamento das organizações criminosas. Então, são vários avanços para a melhoria do judiciário e da prestação jurisdicional", completou o presidente da AMMA.

O vice-presidente da AL, deputado Othelino Neto, garantiu urgência na tramitação dos projetos, por serem de grande relevância para a eficiência dos trabalhos do Poder Judiciário do Maranhão. "Vamos dar o encaminhamento e, no menor tempo possível, levaremos ao Plenário para apreciar", disse.

O deputado Glalbert Cutrim também se comprometeu em apresentar um requerimento solicitando urgência na tramitação das matérias. "A gente fica à disposição para, a partir de hoje, já tramitar no regime de urgência e, o mais rápido possível, atendermos essas reivindicações, que vêm de todas as classes - dos juízes de base até os desembargadores", afirmou.

Desembargador Guerreiro Júnior determina que seja montada UTI domiciliar para criança com doença degenerativa

Luis Guilherme Ferreira Moreira Serra, de 13 anos de idade, carinhosamente chamado de 'Guigui', é portador de grave deficiência física e mental e respira com auxílio de ventilação mecânica e oxigênio terapia, ingerindo alimentos líquidos e medicamentos por sonda de gastrostomia.

Filho do casal de advogados Moreira Serra Junior e Will Ferreira, 'Guigui' era submetido a tratamento domiciliar, mas, por decisão do judiciário maranhense, ele foi transferido para uma Unidade de Terapia Intensiva de um hospital particular de São Luís, onde a família reside.

Com o passar dos dias o estado de saúde dele agravou-se devido, segundo a família, contrair bactérias.

Nos últimos dias a família de 'Guigui' vinha tentando na justiça reaver o direito de fazer o tratamento em casa.

Entenda o caso

Até o ano de 2016, 'Guigui' vinha sendo atendido por uma empresa em atendimento domiciliar, por delegação da CASSI - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil. Só que a partir daí o serviço sofreu efeito de continuidade por perda de qualidade, segundo seus pais, e isto prejudicou gravemente sua saúde, acarretando períodos longos de internação em estado grave.

Por essa razão, os pais de 'Guigui' contrataram por conta própria a Empresa São Luís Home Care, a qual passou a prestar esse tipo de serviço por prescrição da médica que atende o paciente. Contudo o pedido de reembolso foi negado administrativamente pela CASSI sob o argumento da mesma não ser credenciada.

Os serviços prestados pela São Luís Home Care tem boa qualidade e isto era uma garantia à manutenção da saúde da criança. Mas a família não tinha condições financeiras de arcar com os custos. Por essa razão a discussão foi parar na justiça por duas razões básicas: Primeira. A empresa inicialmente contratada pelos motivos já declinados estava fora de cogitação para dar continuidade ao tratamento. A segunda empresa oferecida pela rede credenciada já sofria uma intervenção administrativa da própria CASSI, pelas mesmas razões da rejeição da primeira em tratamento de outrem.

Criado o impasse e judicializada a questão, foi feito o pedido para que a CASSI pagasse o tratamento à São Luís Home Care. A juíza da 16ª Vara Cível, Alice Prazeres, diante da gravidade da situação divorciou-se da sensibilidade que deve nortear um julgador e ancorada apenas nas letras frias da lei indeferiu por duas vezes o pedido alegando questão contratual. Desconsiderou as ponderações do paciente e o seu grave estado de saúde. Sequer quis ver as suas condições in loco, porque negou a diligência neste sentido.

Logo em seguida saiu de férias e o "pepino" ficou para a Juíza Substituta Lorena Brandão, que determinou diligências no sentido de melhor instruir o processo. Demonstrou melhor compreensão e censo de humanidade para decidir a lide.

Nesta última terça-feira (9) houve a audiência de conciliação aonde as partes foram chamadas para um possível acordo. Grande parte da população da capital se manifestou pelas redes sociais em apoio aos familiares de 'Guigui'.

Na quinta-feira (11) à noite o advogado [Mozart Baldez](#), presidente do Sindicato dos Advogados do Maranhão, utilizou seu perfil em um site de relacionamento para anunciar que, através do desembargador Dr. Guerreiro Júnior, o Tribunal de Justiça do Maranhão concedeu liminar favorável ao pequeno Luis Guilherme. "Doutor Guerreiro tem nosso respeito e admiração por ter cumprido o seu dever de forma providencial, transparente e honrosa, sem amarras e despido de qualquer sentimento de pressão pelo poder econômico ou outro qualquer. Guerreiro nos fez, neste caso, voltar a acreditar na justiça do Maranhão, tão desacreditada por fatos dessa e de outra natureza, mormente por ter manuseado o mesmo processo e detectado o direito do frágil e combalido autor, direito esse que duas juízas da primeira instância da 16ª Vara Civil, em menos de duas semanas não viram no mesmo caderno processual e pecaram na demora da aplicação jurisdicional", escreveu o advogado.

Continue lendo no link:

<http://www.blogdosergiomatias.com.br/2017/05/desembargador-guerreiro-junior.html>

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA) determinou que todos os computadores do órgão tivessem o acesso a sites externos restritos após uma onda de ciberataques pelo mundo. A assessoria de comunicação do TJ/MA afirmou, na tarde desta segunda-feira (15), que o site não sofreu invasão e que a medida de restringir o acesso interno é uma precaução MARANHÃO g1 ge gshow famosos vídeos ENTRE 2017515 No MA, Tribunal de Justiça restringe acesso a sites externos após onda de ciberataques | MA / Maranhão | G1

<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/nomatribunaldejusticarestringeacessoasitesexternosaposondadeciberataques.ghtml> 2/5 diante dos ataques. Ainda segundo a assessoria, a liberação de acesso à sites externos será retomada gradativamente. O objetivo é diminuir a exposição ao risco de perda de informação, evitando que ataques de softwares impeçam o funcionamento dos sistemas e serviços do Tribunal de Justiça do Maranhão. As medidas estão alinhadas com a Resolução nº 13/2017, que trata da Política de Segurança da Informação do Poder Judiciário, cuja aprovação ocorreu em Sessão Plenária Administrativa da Corte estadual de Justiça, em março deste ano. Os procedimentos adotados seguem normas internacionais de segurança da informação (ISO 27000), bem como as melhores práticas adotadas pelos demais tribunais brasileiros. A aplicação de filtros para acesso à Internet, atualizações automáticas de sistemas operacionais, atualizações automáticas de antivírus e monitoramento de uso de software não licenciado incluem-se entre as medidas adotadas. Como não houve uma invasão ao sistema do órgão, o fato não foi comunicado à Polícia Federal.

TJMA derruba cobrança abusiva de tributos da prefeitura de Pinheiro

Dr. Diego Moura Subscritor da ação orienta os empresários e cidadãos que pagaram os tributos com valores majorados, para buscar judicialmente a repetição do indébito tributário com pedido de devolução dobrado do valor pago indevidamente.

Após diversas reclamações de empresários locais sobre o aumento de tributos do município de Pinheiro (MA), mais precisamente IPTU e taxa de licenciamento, a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) do município de Pinheiro (MA) requereu ao Prefeito Municipal informação sobre a majoração de tributos.

Em resposta, o Prefeito Municipal alegou que baixou em 10 de janeiro de 2017, o DECRETO MUNICIPAL N.º 014/2017 que fixou índice de atualização monetária de tributos municipais para o exercício financeiro de 2017 com a seguinte dicção:

“[...] Art. 1º O índice para ser a atualização monetária a ser aplicado sobre os valores que servem de base para o lançamento e cobrança de tributos municipais referentes ao exercício 2017, é de **110% (cento e dez por cento), conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (2004-2016)**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IPCA/IBGE), especificamente em relação aos Anexos da Lei 1.286/2003 [...]”.

Observa-se no Decreto que o município de Pinheiro (MA) majorou tributos acima dos índices inflacionários aplicando suposta correção monetária pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** desde o ano de 2004 até 2016 gerando índice de 110% (cento e dez por cento).

O ato normativo (DECRETO MUNICIPAL) que aumenta/majora tributos fere a Constituição Federal, e a Constituição Estadual do Maranhão, pois, ambos, estabelecem que somente por lei pode majorar tributos.

Assim foi ajuizada AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE para que o TJMA reconheça a inconstitucionalidade do DECRETO MUNICIPAL N.º 014/2017 que majorou tributos no exercício de 2017, acima do índice de inflação acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sem a prévia aprovação de lei, bem como, suspenda o aumento dos tributos municipais.

O Pleno do TJMA, órgão máximo do tribunal, concedeu liminar de forma UNANIME reconhecendo a INCONSTITUCIONALIDADE do DECRETO MUNICIPAL N.º 014/2017, e por consequência, SUSPENDENDO o aumento dos tributos municipais da cidade Pinheiro no ano de 2017.

De acordo com o advogado Diego Mora: *“Com esta decisão o TJMA reconhece a ilegalidade do aumento de tributo formulado no início da nova gestão municipal de Pinheiro (MA) suspendendo a sua eficácia. Para os empresários e cidadãos que pagaram os tributos com valores majorados poderão buscar judicialmente a repetição do indébito tributário com pedido de devolução dobrado do valor pago indevidamente. Para quem não pagou o tributo, como por exemplo, o IPTU, poderá ajuizar ação para retificar/alterar o valor cobrado em excesso com a emissão de novo boleto para pagamento”.*

Dr. Diego Moura Subscritor da ação orienta os empresários e cidadãos que pagaram os tributos com valores majorados para buscar judicialmente a repetição do indébito tributário com pedido de devolução dobrado do valor pago indevidamente.

Lojas irão funcionar hoje em SL (14)

Confira como funcionará o expediente nos demais locais em São Luís

Em 14 de maio de 2017

A Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís informa que nesse domingo (14.05), o comércio lojista da capital vai abrir para que os consumidores possam aproveitar a folga do fim de semana e fazer as compras do Dia das Mães com muito mais tempo, conforto e tranquilidade.

De acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho, assinada entre empregadores e empregados do comércio, aos domingos as lojas de rua podem funcionar das 8h às 14h, e as lojas de shoppings, das 14h às 20h.

Considerada uma das datas mais fortes do varejo brasileiro, os lojistas da capital se preparam com estoques e promoções especiais para esse Dia das Mães, e agora com o domingo a mais, resta aos consumidores capricharem na escolha de um presente maravilhoso para a mamãe.

Outros estabelecimentos

O Ministério Público do Maranhão informou a escala de plantão das Promotorias de Justiça da Comarca da Ilha de São Luís no fim de semana, de 13 a 15 de maio de 2017. A promotora de justiça Raquel Pires de Castro é a plantonista na área cível no período de 13 a 15 de maio. Na área criminal, o responsável pelo plantão é o promotor de justiça Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes no período de 13 a 15 de maio.

Aos sábados, domingos e feriados, o plantão é de 24 horas. O atendimento acontece na sala das Promotorias de Justiça, que funciona no Fórum Desembargador Sarney Costa, na Avenida Carlos Cunha. Nos dias úteis, o atendimento é feito das 18h às 8h do dia seguinte.

No plantão dos procuradores de justiça, até o 14 de maio, a plantonista é a procuradora de justiça Domingas de Jesus Froz Gomes. De 15 a 21 de maio, responderá pelo plantão a procuradora de justiça Selene Coelho de Lacerda. Os telefones de contato do plantão são: (98) 3227-3222 e (98) 99123-4390.

Já a Corregedoria suspende expediente a partir das 12h nessa sexta-feira (12), em Portaria assinada pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz. De acordo com o documento (Portaria CGJ 19642017), a suspensão se dá em função dos serviços de dedetização, desratização e descupinização a serem realizados na sede da CGJ na data e da falta de condição de trabalho no prédio durante os serviços.

MA: Sindjus se reúne com a diretora-geral do TJMA

Hoje, 07:59:12

Diretores do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) estiveram reunidos com a diretora-geral do Tribunal de Justiça (TJMA), a juíza Isabela Parga. Estiveram presentes na reunião George Ferreira (vice-presidente), Márcio Luís (secretário-geral) e Arthur Filho (secretário de Assuntos Jurídicos). No encontro os sindicalistas parabenizaram a Diretora pela passagem do Dia das Mães, estendendo dessa forma a homenagem às juízas e desembargadoras, e trataram de assuntos que são considerados urgentes pela categoria.

REAJUSTE SALARIAL DE 6,3% PARA OS CARGOS DE ESCRIVÃO JUDICIAL, PARTIDOR, DEPOSITÁRIO

O secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Luís solicitou à diretora-geral do TJMA brevidade para envio do Projeto de Lei que trata do reajuste salarial para os cargos de escrivão judicial, avaliador, partidor, depositário para apreciação da Assembleia Legislativa do Maranhão. O processo no Digidoc que trata sobre a matéria é o de nº 14541/2017, o sindicalista salientou que os ocupantes desses cargos já estão vinculados ao Poder Judiciário pela Lei 125/2009. “Assim como pedimos que os aposentados e pensionistas recebessem o reajuste da tabela salarial, estamos agora na luta para que os colegas escrivães judiciais, avaliadores, partidores e depositários também sejam alcançados por esse reajuste recebido pelos servidores, depois de anos de luta da categoria. Esperamos celeridade do Poder Judiciário, uma vez que esses servidores estão sem receber o reajuste em seus vencimentos e essa situação precisa ser rapidamente sanada.”, comentou Márcio Luís.

CONCURSO DE REMOÇÃO

O Sindjus-MA solicitou que a Resolução sobre o certame, aprovada na sessão plenária do dia 03 de maio, seja publicada o mais breve possível no Diário da Justiça.

A diretora-geral do TJMA informou que a Resolução já foi assinada pelo presidente Cleones Cunha e que até segunda-feira (15) deve está publicada na imprensa oficial do Poder Judiciário.

O Sindjus-MA aguarda a publicação da Resolução, que foi originada pelo processo de nº 16.650/2016, para que o setor Jurídico possa analisar o documento e emitir parecer. “Caso haja algum critério prejudicial aos servidores, iremos buscar uma solução junto à Administração do Tribunal, sempre com foco na preservação e garantia dos direitos da categoria.”, antecipou o diretor Arthur Filho.

AGREGAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DAS COMARCAS

O Projeto de nº 16.666/2017 que trata da agregação e desmembramento das Comarcas foi aprovado pelo Pleno do TJMA, no último dia 03. O Projeto será encaminhado para a Assembleia Legislativa para análise e posterior votação pelo Parlamento maranhense.

O Sindjus-MA entende não serem adequadas essas modificações na Justiça estadual e orienta que o Tribunal de Justiça faça audiências públicas nas respectivas comarcas que poderão sofrer modificações, para que a população atendida e os servidores sejam ouvidos antes da tomada de decisão. “Entendemos que as mudanças nas Comarcas no Pleno do TJMA são prejudiciais, não só ao jurisdicionado, como também ao servidor. Ambos terão suas rotinas alteradas com esse ato do Poder Judiciário. Por isso, nos posicionamos contra essa medida.”, declarou George dos Santos, vice-presidente.

VALE TRANSPORTE DOS SERVIDORES

Os diretores do Sindjus-MA trataram também sobre a Portaria GP 75/2016 que regula a concessão da verba indenizatória do vale-transporte aos servidores do Tribunal de Justiça (TJMA). O sindicato protocolou em 12 de abril requerimento solicitando a revisão e pedindo a extensão do benefício a todos os servidores através do processo no Digdoc nº 16884/2017.

No pedido, o sindicato justifica que existem alguns conflitos entre a referida portaria, o Decreto Estadual nº. 15.370/1996 e a Lei Estadual nº. 6.107/94, essas legislações regulam a concessão do vale-transporte para os servidores públicos estaduais.

Sobre essa demanda, a diretora-geral Isabelle Parga informou que irá analisar o pedido do Sindicato.

Fonte: Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão - Sindjus/MA

Assembleia recebe de Cleones Cunha propostas de organização do Judiciário do Maranhão

15/05/2017 17:45:03

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Cleones Cunha, três projetos de lei de autoria do Poder Judiciário. Um deles reorganiza o Sistema Judiciário do Maranhão. O deputado Glalbert Cutrim (PDT) e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Santos, também participaram da reunião.

De acordo com Cleones Cunha, os projetos possibilitam uma movimentação na carreira dos juízes e uma melhoria da prestação da Justiça no estado. "O primeiro projeto altera a organização do Poder Judiciário do Maranhão, modificando a competência de algumas varas e ampliando alguns cargos e, acima de tudo, procurando melhorar a prestação da Justiça no Maranhão. Os outros dois se referem à Lei de Custas do Estado", explicou o desembargador.

O presidente da AMMA, Ângelo Santos, ressaltou que os projetos de lei passaram por um amplo debate entre a classe, no qual toda a magistratura se reuniu para se debruçar e tentar melhorar ainda mais as matérias que foram entregues para apreciação da Casa.

"É um projeto fruto dessa discussão na magistratura e traz alteração de competências nas comarcas, traz algumas vagas de juízes para a capital, além de criar, também, uma competência exclusiva para o combate e julgamento das organizações criminosas. Então, são vários avanços para a melhoria do judiciário e da prestação jurisdicional", completou o presidente da AMMA.

O vice-presidente da AL, deputado Othelino Neto, garantiu urgência na tramitação dos projetos, por serem de grande relevância para a eficiência dos trabalhos do Poder Judiciário do Maranhão. "Vamos dar o encaminhamento e, no menor tempo possível, levaremos ao Plenário para apreciar", disse.

O deputado Glalbert Cutrim também se comprometeu em apresentar um requerimento solicitando urgência na tramitação das matérias. "A gente fica à disposição para, a partir de hoje, já tramitar no regime de urgência e, o mais rápido possível, atendermos essas reivindicações, que vêm de todas as classes - dos juízes de base até os desembargadores", afirmou.

O post [Assembleia recebe de Cleones Cunha propostas de organização do Judiciário do Maranhão](#) apareceu primeiro em [Neto Cruz](#).

Judiciário vai realizar a segunda Semana Maranhense da Infância

O Poder Judiciário do Maranhão abre nesta segunda-feira (15), às 8h, no hall do Fórum de São Luís, com a exposição fotográfica "Mãos Dadas", a II Semana da Infância, cuja programação se estenderá até o dia 18 deste mês.

A iniciativa - realizada de forma pioneira pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão - é alusiva ao Dia Nacional de Combate à Violência e Abuso de Crianças e Adolescentes (18 de maio).

Durante a semana, a Coordenadoria da Infância e Juventude, que tem como presidente o desembargador José de Ribamar Castro, divulgará práticas adotadas pelo Judiciário maranhense em prol da causa social.

Comarcas de todo o Estado se concentrarão no julgamento do maior número possível de processos, envolvendo violência e abuso a crianças e adolescentes e direitos infanto-juvenis. Estão pautadas também ações em trâmite nas Varas de Família.

Além das audiências, diversas atividades integram a programação do evento, tais como palestras, caminhadas, audiências públicas, abordagens, distribuição de materiais informativos, entre outras. As ações contam com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública do Maranhão, OAB e prefeituras municipais.

OLHAR DIFERENCIADO - A iniciativa da Coordenadoria da Infância e Juventude em promover, no evento, a exposição fotográfica "Mãos Dadas" visa incentivar a reflexão acerca da defesa e proteção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, sensibilizando a sociedade quanto à importância da temática, através do olhar diferenciado dos fotógrafos.

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Cleones Cunha, três projetos de lei de autoria do Poder Judiciário. Um deles reorganiza o Sistema Judiciário do Maranhão. O deputado Glalbert Cutrim (PDT) e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Santos, também participaram da reunião.

De acordo com Cleones Cunha, os projetos possibilitam uma movimentação na carreira dos juízes e uma melhoria da prestação da Justiça no estado. “O primeiro projeto altera a organização do Poder Judiciário do Maranhão, modificando a competência de algumas varas e ampliando alguns cargos e, acima de tudo, procurando melhorar a prestação da Justiça no Maranhão. Os outros dois se referem à Lei de Custas do Estado”, explicou o desembargador.

O presidente da AMMA, Ângelo Santos, ressaltou que os projetos de lei passaram por um amplo debate entre a classe, no qual toda a magistratura se reuniu para se debruçar e tentar melhorar ainda mais as matérias que foram entregues para apreciação da Casa.

“É um projeto fruto dessa discussão na magistratura e traz alteração de competências nas comarcas, traz algumas vagas de juízes para a capital, além de criar, também, uma competência exclusiva para o combate e julgamento das organizações criminosas. Então, são vários avanços para a melhoria do judiciário e da prestação jurisdicional”, completou o presidente da AMMA.

O vice-presidente da AL, deputado Othelino Neto, garantiu urgência na tramitação dos projetos, por serem de grande relevância para a eficiência dos trabalhos do Poder Judiciário do Maranhão. “Vamos dar o encaminhamento e, no menor tempo possível, levaremos ao Plenário para apreciar”, disse.

O deputado Glalbert Cutrim também se comprometeu em apresentar um requerimento solicitando urgência na tramitação das matérias. “A gente fica à disposição para, a partir de hoje, já tramitar no regime de urgência e, o mais rápido possível, atendermos essas reivindicações, que vêm de todas as classes - dos juízes de base até os desembargadores”, afirmou.

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Cleones Cunha, três projetos de lei de autoria do Poder Judiciário. Um deles reorganiza o Sistema Judiciário do Maranhão. O deputado Glalbert Cutrim (PDT) e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Ângelo Santos, também participaram da reunião.

De acordo com Cleones Cunha, os projetos possibilitam uma movimentação na carreira dos juízes e uma melhoria da prestação da Justiça no estado. “O primeiro projeto altera a organização do Poder Judiciário do Maranhão, modificando a competência de algumas varas e ampliando alguns cargos e, acima de tudo, procurando melhorar a prestação da Justiça no Maranhão. Os outros dois se referem à Lei de Custas do Estado”, explicou o desembargador.

O presidente da AMMA, Ângelo Santos, ressaltou que os projetos de lei passaram por um amplo debate entre a classe, no qual toda a magistratura se reuniu para se debruçar e tentar melhorar ainda mais as matérias que foram entregues para apreciação da Casa.

“É um projeto fruto dessa discussão na magistratura e traz alteração de competências nas comarcas, traz algumas vagas de juízes para a capital, além de criar, também, uma competência exclusiva para o combate e julgamento das organizações criminosas. Então, são vários avanços para a melhoria do judiciário e da prestação jurisdicional”, completou o presidente da AMMA.

O vice-presidente da AL, deputado Othelino Neto, garantiu urgência na tramitação dos projetos, por serem de grande relevância para a eficiência dos trabalhos do Poder Judiciário do Maranhão. “Vamos dar o encaminhamento e, no menor tempo possível, levaremos ao Plenário para apreciar”, disse.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio de sua Diretoria de Informática, adotou várias medidas de proteção ao ambiente computacional do Judiciário, diante dos ataques cibernéticos que atingiram mais de 70 países no mundo.

O objetivo é diminuir a exposição ao risco de perda de informação, evitando que ataques de softwares impeçam o funcionamento dos sistemas e serviços do Tribunal de Justiça do Maranhão.

As medidas estão alinhadas com a Resolução nº 13/2017, que trata da Política de Segurança da Informação do Poder Judiciário, cuja aprovação ocorreu em Sessão Plenária Administrativa da Corte estadual de Justiça, em março deste ano.

Os procedimentos adotados seguem normas internacionais de segurança da informação (ISO 27000), bem como as melhores práticas adotadas pelos demais tribunais brasileiros.

A aplicação de filtros para acesso à Internet, atualizações automáticas de sistemas operacionais, atualizações automáticas de antivírus e monitoramento de uso de software não licenciado incluem-se entre as medidas adotadas.

De acordo com a Diretoria de Informática do TJMA, até o momento não foram detectadas contaminações nos computadores do Poder Judiciário. A orientação é para que os servidores não abram anexos em e-mails cuja origem seja duvidosa ou desconhecida, pois tais anexos têm sido utilizados como mecanismo de propagação das pragas virtuais.

TJMA promove II Semana da Infância entre 15 e 19 de maio

Com informações da Assessoria

TJMA

O Poder Judiciário do Maranhão abre nesta segunda-feira (15), às 8h, no hall do Fórum de São Luís, com a exposição fotográfica "Mãos Dadas", a II Semana da Infância, cuja programação se estenderá até o dia 18 deste mês.

A iniciativa - realizada de forma pioneira pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão - é alusiva ao Dia Nacional de Combate à Violência e Abuso de Crianças e Adolescentes (18 de maio).

Durante a semana, a Coordenadoria da Infância e Juventude, que tem como presidente o desembargador José de Ribamar Castro, divulgará práticas adotadas pelo Judiciário maranhense em prol da causa social.

Comarcas de todo o Estado se concentrarão no julgamento do maior número possível de processos, envolvendo violência e abuso a crianças e adolescentes e direitos infanto-juvenis. Estão pautadas também ações em trâmite nas Varas de Família.

Além das audiências, diversas atividades integram a programação do evento, tais como palestras, caminhadas, audiências públicas, abordagens, distribuição de materiais informativos, entre outras. As ações contam com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública do Maranhão, OAB e prefeituras municipais.

OLHAR DIFERENCIADO - A iniciativa da Coordenadoria da Infância e Juventude em promover, no evento, a exposição fotográfica "Mãos Dadas" visa incentivar a reflexão acerca da defesa e proteção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, sensibilizando a sociedade quanto à importância da temática, através do olhar diferenciado dos fotógrafos.